

Ocupação agrícola

A importância da gestão territorial

Claudio A. Spadotto*

POR SUA distribuição difusa no espaço geográfico, a evolução espaço-temporal da agricultura pode comprometer sua sustentabilidade e limitar os benefícios dessa atividade para a sociedade. O território rural é alterado por diferentes e complexas forças. Os processos de expansão, intensificação, diversificação e substituição são contínuos. Existem também outras atividades em desenvolvimento, como as de infraestrutura e urbanização, enquanto as ações regulatórias afetam a competitividade e a sustentabilidade da agricultura e da agroindústria. Diante dessa complexa dinâmica, a gestão territorial impõe-se como instrumento de planejamento, implantação e acompanhamento das políticas públicas e de setores privados.

Na agricultura, assim como em outros setores, a gestão territorial requer a capacidade de produzir e interpretar dados, geoestatísticas e mapeamentos, apresentados em estudos, relatórios e sistemas informatizados. O espaço geográfico serve como base e referência para o gerenciamento.

A partir de levantamentos extensivos de dados e informações de várias naturezas e em diferentes escalas, o espaço geográfico passa a ser a unidade integradora. Por sua vez, o uso de geotecnologias, convertidas em ferramentas de sistematização de informações e conhecimento, auxilia e aumenta a eficiência da gestão territorial. Para a efetiva gestão territorial, busca-se tornar o conhecimento do território mais acessível aos gestores para lhes possibilitar visões estratégicas. Na gestão territorial em nível estratégico, é necessário enxergar no longo prazo e além dos limites geográficos e setoriais da agricultura.

A Embrapa Gestão Territorial, criada em 2011, veio para consolidar a atuação da Embrapa nessa área do conhecimento.

O que mostram as estatísticas

Estudo realizado pela Embrapa, a partir de dados oficiais do IBGE, mostra a importância do conhecimento da distribuição espacial da agricultura. Das 558 microrregiões de municípios brasileiros, 33 são responsáveis por cerca de 50% da produção de grãos. Dentre estas, 8 microrregiões responde por 25% dos grãos produzidos no País. Vale dizer que cada microrregião abrange cerca de 10 municípios.

A produção brasileira de cereais e oleaginosas está fortemente concentrada em alguns municípios. Na produção do arroz, por exemplo, 25% são produzidos em 3 microrregiões do Rio Grande do Sul. No caso do feijão, 9 microrregiões

são responsáveis por 25% da produção, nos estados de Minas Gerais, Goiás, São Paulo, Paraná, Mato Grosso e Bahia. Entre as commodities, 25% da soja são produzidos em 4 microrregiões de municípios localizados nos estados de Mato Grosso, Goiás e Mato Grosso do Sul. Para o algodão, o dado é mais extremo: 25% da produção estão em apenas uma microrregião no oeste baiano.

Esses números assumem importância ainda maior pela dimensão continental do Brasil, a convivência com 6 biomas de características distintas, conjugadas às suas grandes deficiências em infraestrutura.

O seu compromisso é propor, coordenar e executar serviços para a gestão territorial da agricultura, em nível estratégico, através do desenvolvimento tecnológico e de soluções inovadoras. Os benefícios recaem diretamente sobre a sociedade.

Com a avaliação e o monitoramento do uso e da ocupação das terras agrícolas e agricultáveis, busca-se atender à crescente demanda dos setores público e privado por informações territoriais, com vistas a orientar políticas de planejamento e investimentos em áreas de produção rural e agroindustrial, assim como de transporte, logística, abastecimento, comercialização e outras. A gestão do território, além do meio físico e dos recursos naturais, inclui os aspectos sociais, econômicos e políticos da tomada de decisão, necessários para direcionar, no tempo e no espaço, várias finalidades, decisões e ações.

A agricultura, de importância fundamental para o País e os seus cidadãos, pos-

sui reputação e imagem em construção, com a alternância de percepções positivas e negativas não condizentes com a realidade. Com suas teses, estudos e opiniões, os professores, pesquisadores e especialistas do tema devem contribuir para a melhor informação da sociedade.

Nesse sentido, o Conselho Científico para Agricultura Sustentável (CCAS), criado em 15 de abril de 2011, surge como uma mobilização interessante. O seu objetivo precípua é o de discutir temas relacionados à sustentabilidade da agricultura e se posicionar, de maneira clara, sobre o assunto. Trata-se de uma entidade privada, de natureza associativa, sem fins econômicos, pautada na imparcialidade, ética e transparência, para valorizar o conhecimento científico. ■

*Gerente Geral da Embrapa Gestão Territorial e Diretor do Conselho Científico para Agricultura Sustentável (CCAS).